



## SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Processo nº 00200.010786/2024-01

**Assunto:** Nova Contratação. Pregão eletrônico. Fornecimento de insumos para a reforma do Bloco 14. Item 20250118 do Plano de Contratações. **Valor máximo estimado: R\$ 813.410,98.** Autorizações e aprovações de competência da Diretoria-Geral.

**Senhora Diretora-Geral,**

Trata o presente processo de proposta de realização de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, destinado à contratação de empresa para fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia visando a reforma de módulos do Bloco 14 para ocupação de pessoal da Secretaria de Polícia Legislativa do Senado Federal (SPOL), ao custo estimado de **R\$ 813.410,98** (oitocentos e treze mil, quatrocentos e dez reais e noventa e oito centavos), consoante especificações contidas na minuta de edital (documento nº 00100.088921/2025-24).

A Secretaria de Infraestrutura – SINFRA justificou a contratação, por meio do Termo de Referência (documento nº 00100.086277/2025-50), conforme transcrição a seguir:

**B. Justificativa**

4. De acordo com o Regulamento Administrativo do Senado Federal, Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2018, compete à Secretaria de Infraestrutura a elaboração de projetos que alterem as características físicas do complexo arquitetônico do Senado Federal, além de aprovar, gerir e fiscalizar serviços contratados a terceiros na sua área de atuação.

“Art. 222. À Secretaria de Infraestrutura compete dirigir, controlar e supervisionar a execução direta e indireta dos serviços de conservação arquitetônica, reforma e atualização das instalações internas, edificações e áreas externas do complexo arquitetônico do Senado Federal; dirigir, controlar e supervisionar a execução direta e indireta dos serviços de marcenaria e serralheria, manutenção preventiva, preditiva e corretiva das instalações civis, elétricas, eletromecânicas, hidráulicas e hidrossanitárias do complexo arquitetônico do Senado Federal; aprovar, gerir e fiscalizar serviços contratados a terceiros na sua área de atuação; manifestar-se obrigatória e previamente sobre projetos de contratação que possam impactar o complexo arquitetônico do Senado Federal ou seus sistemas de infraestrutura; definir diretrizes de infraestrutura e planos para uso, ocupação e intervenções no CASF;





## SENADO FEDERAL

### Diretoria-Geral

elaborar instruções normativas que regulamentem tais definições e diretrizes; gerir o plano de edificações do Senado Federal; executar tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições das áreas internas; realizar a gestão de recursos humanos e materiais de suporte da Secretaria e executar outras atividades correlatas.”

5. Com a chegada de novos policiais legislativos contratados por meio do Concurso Público para o Senado Federal realizado em 2022, a SPOL percebeu a oportunidade de aumentar seu espaço físico de trabalho de forma de acomodar confortavelmente os novos servidores, bem como sanar carências relativas às limitações de área em alguns setores internos da Secretaria. Até o momento, a SPOL ocupa, basicamente, parte da garagem do AX02 e 3 módulos do Bloco 14. Como a área ocupada pela SPOL dentro da garagem do AX02 não pode ser expandida, a SPOL requisitou ocupar a área contígua aos módulos atualmente ocupados no Bloco 14, conforme DFD 103/2023. Tendo em vista que tal área é atualmente ocupada pela SPATR e serve de almoxarifado para os bens de leilão e doação, a SPOL demandou à SINFRA a elaboração de projeto arquitetônico e projetos complementares para tornar o espaço com características de galpão em ambiente laboral.

[...]

Por meio do Ofício nº 380/2025-COATC/SADCON (documento nº 00100.088928/2025-46), a COATC/SADCON demonstrou a regularidade da instrução, com destaque para a seguintes informações/documentos carreados aos autos:

[...]

Para a finalidade, a Secretaria de Infraestrutura do Senado Federal elaborou o Termo de Referência de NUP 00100.051580/2025-31, que, após alterações, foi consolidado com todas as informações necessárias à contratação no documento nº 00100.086277/2025-50, o qual, se entendido viável, deverá ser aprovado pela Diretora-Geral, consoante art. 9º, inciso IV do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

A elaboração do Estudo Técnico Preliminar foi dispensada após deliberação do Comitê de Contratações, conforme NUP 00100.062933/2025-29.

Conforme se verifica no item 5 do Termo de Referência, o órgão técnico informou que, após a chegada de novos policiais legislativos contratados por meio do Concurso Público realizado em 2022, a SPOL percebeu a oportunidade de aumentar seu espaço físico de trabalho de forma a acomodar confortavelmente os novos servidores, bem como de sanar carências relativas às limitações de área em alguns setores internos da Secretaria.

A pesquisa de preços que estimou a contratação foi consolidada na Planilha de Estimativas de Despesas sob o documento nº 00100.056059/2025-91, projetando-se o custo geral estimado de **R\$ 813.410,98**.

A pesquisa conta com Anotação de Responsabilidade Técnica (NUP 00100.061523/2025-61), motivo pelo qual não foi ratificada pela COCVAP, nos termos do art. 18, §3º, do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022.





## SENADO FEDERAL

### Diretoria-Geral

A primeira versão da minuta de edital de Pregão Eletrônico, elaborada por esta COATC, foi acostada sob o nº 00100.066046/2025-20.

A COPEL procedeu a análise da minuta de edital, por meio do documento nº 00100.071563/2025-11/2025-18, e concluiu que a minuta encontrar-se-á regular e adequada para aprovações pela DGER após as alterações sugeridas.

Em resposta às recomendações da COPEL e às NOTAS da COATC, o órgão técnico se manifestou no documento nº 00100.073681/2025-63, tendo consignado alterações no novo Termo de Referência, NUP 00100.073695/2025-87.

Ato contínuo, a minuta de edital foi atualizada, NUP 00100.074106/2025-88, e submetida ao órgão jurídico.

A ADVOSF, por meio do Parecer nº 321/2025 (NUP 00100.084962/2025-41) analisou os autos e apresentou duas recomendações de ajuste, as quais devem ser submetidas a deliberação da autoridade competente, quais sejam: i) o item 6 do termo de referência, que trata do enquadramento da presente contratação como serviço comum; e ii) o item 8 do mesmo documento, no qual o órgão técnico faz a opção pelo regime de empreitada integral.

Por fim, concluiu que ***“observadas as recomendações constantes deste parecer e ressalvada eventual impropriedade de ordem técnica que escapa ao conhecimento jurídico, entende-se que a minuta constante do documento nº 00100.074106/2025-88 poderá ser considerada regular e apta à aprovação pela autoridade competente”***

Os autos foram encaminhados ao órgão técnico para conhecimento e manifestação quanto às recomendações jurídicas, o qual se manifestou por meio do NUP 00100.086287/2025-95.

As recomendações postas pelo órgão jurídico foram acatadas e consolidadas na minuta de edital a ser aprovada pela autoridade competente.

Os autos seguiram, então, para informação da disponibilidade orçamentária, a qual foi confirmada pela COPAC no documento nº 00100.087486/2025-11. A contratação está prevista no item 20250118 do Plano de Contratações.

A versão consolidada da minuta de edital está consignada no NUP 00100.088921/2025-24 e, se entendida regular, deve ser aprovada pela autoridade competente.

[...]

Em seguida, em conformidade com o disposto na Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do RASF, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2022, sugere-se acolher a manifestação técnica do Senhor Diretor da SADCON, que opinou pelo seguimento da licitação e, para tanto, recomendou: autorizar o certame e a despesa; o termo de referência, e a minuta de edital; e, designar os gestores.

Adicionalmente, solicita deliberação em relação aos itens 6 e 8 do Termo de Referência, conforme recomendação da ADVOSF. Neste ponto, entende-se que devem



**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Geral

ser acatadas as proposições do órgão técnico, o qual detém o conhecimento sobre o objeto a ser contratado e o mercado em questão, cuja complexidade escapa ao domínio técnico desta Assessoria.

À consideração de Vossa Senhoria.

Revisado por:

*(assinado eletronicamente)*

**Guilherme Ferreira da Costa**  
Assessor Técnico

*(assinado eletronicamente)*

**Tahmineh Maria Shokranian de Mello**  
Gestora do NASC/ATDGER





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

**De acordo.** Acolho a informação técnica e, com fundamento no art. 9º, incisos III, IV, V, VII e IX, Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, passo a decidir:

1. **AUTORIZO** a realização do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**;
2. **ACOLHO** as justificativas apontadas pelo órgão técnico e, em decorrência, **APROVO** o Termo de Referência (documento nº 00100.086277/2025-50), inclusive quanto aos itens 6 e 8; bem como a minuta de edital (documento nº 00100.088921/2025-24), nos termos propostos;
3. **AUTORIZO** a despesa no valor máximo estimado de **R\$ 813.410,98** (oitocentos e treze mil, quatrocentos e dez reais e noventa e oito centavos), previsto no item 20250118 do Plano de Contratações;
4. **DESIGNO** os gestores indicados na PDG anexa.

Encaminhem-se os autos, sucessivamente, à **AADGER** e à **SADCON**, para as demais providências pertinentes.

Brasília, 21 de maio de 2025.

*(assinado eletronicamente)*  
**ILANA TROMBKA**  
Diretora-Geral





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

**PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL**

**Nº 2605 de 2025**

**A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 00200.010786/2024-01**,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar o **Núcleo de Gestão de Contratos de Infraestrutura e Comunicação – NGCIC** como órgão gestor do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 2º Designar o servidor titular da **Coordenação de Projetos e Obras de Infraestrutura – COPROJ**, e seu substituto imediato, respectivamente, como fiscal titular e fiscal substituto da(s) mesma(s) avença(s).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de maio de 2025.

*(assinado eletronicamente)*

**ILANA TROMBKA**  
Diretora-Geral

